



PARECER PRÉVIO Nº 34/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11341/2015**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Guajará.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsáveis:** Sr. Manoel Hélio Alves de Paula, Prefeito à época
- 6- **Advogado:** Juarez Frazão Rodrigues Junior - OAB/AM 5851
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP/DICAM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1739/2018 – MPC - EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Guajará. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a Desaprovação das Contas Anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, c/c o art. 127 da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996; e art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, ressaltando as prestações de contas de convênios firmados com os Órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceituam, respectivamente, os arts 71, inciso VI e 40, inciso V, respectivamente, das Constituições Federal e Estadual, tendo discutido a matéria, nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1- Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a **desaprovação da Prestação de Contas** da Prefeitura Municipal de Guajará, exercício de 2014, de responsabilidade do **Sr. Manoel Hélio Alves de Paula**, Prefeito Municipal, com fundamento no art. 127 da CE/89, e art. 18, I, da LC 06/91 c/c os arts. 1º, I, e art. 29, da Lei 2.423/96, e art. 3º, III, da Resolução TCE 09/97.

11- Ata: 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 24 de Julho de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Luiz Henrique Pereira Mendes (convocado).

De ____/____/____



Fls. N° _____

Pág. 2

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

JOAO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 34/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 34/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11341/2015**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Guajará.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sr. Manoel Hélio Alves de Paula, Prefeito à época.
- 6- **Advogado:** Juarez Frazão Rodrigues Junior - OAB/AM 5851.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP/DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1739/2018 – MPC - EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Guajará. Exercício de 2014.

Irregularidade. Multa. Alcance. Prazo. Ciência. Arquivamento

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade** nos termos do Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1– Julgar Irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Guajará, exercício de 2014, de responsabilidade do Sr. Manoel Hélio Alves de Paula – ordenador de despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, III e 25 da Lei 2.423/96;
- 10.2- Aplicar Multa** na ordem de **R\$ 4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos) ao **Sr. Manoel Hélio Alves de Paula**, com fundamento no art. 54, III e IV, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão das impropriedades remanescentes apontadas pela DICAMI e pela DICOP, cujo valor deve ser recolhido na esfera Estadual para o Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, no **prazo de 30 (trinta) dias**;
- 10.3 - Considerar em Alcance** o **Sr. Manoel Hélio Alves de Paula** no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais), nos termos do Relatório Conclusivo de fls. 1338/1342, com fundamento no art. 304, II, da Resolução nº 04/2002- TCE/AM, cuja quantia deve ser recolhida na esfera Municipal, para a Prefeitura Municipal de Guajará;
- 10.4 - Conceder Prazo** ao **Sr. Manoel Hélio Alves de Paula** de **30 (trinta) dias** pra o recolhimento das multas e débitos aos cofres da Fazenda Pública (art. 72, III, alínea “a” da Lei nº 2.423/96) com as devidas



ACÓRDÃO Nº 34/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 34/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

atualizações monetárias (art. 55 da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), ficando, desde já, autorizada a DICREX à adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.5 – Dar ciência ao Sr. Manoel Hélio Alves de Paula da decisão;

10.6 – Arquivar o presente processo, nos termos regimentais, após o cumprimento das medidas acima mencionadas.

11- Ata: 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 24 de Julho de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Luiz Henrique Pereira Mendes (convocado).

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro-Relator

JOAO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral